



## MINUTA DA ATA N.º 8

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, teve lugar a Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia de Canidelo, que decorreu no edifício sede da Junta de Freguesia e foi presidida por Célia Maria Mendes Correia. Na Mesa da Assembleia estavam, ainda, Marco António Pinto Rodrigues, como 1.º Secretário e Susana Natália Monteiro Moreira, como 2.º Secretário. A Ordem de Trabalhos foi a seguinte: -----

**Ponto Um – Intervenção do Público.** -----

**Ponto Dois – Discussão e votação da não-aceitação da transferência das competências previstas no art.º 38.º n.º 1 da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto e no Decreto-lei n.º 104/2018 de 29 de novembro, no domínio da instalação e gestão dos Espaços Cidadão.** -----

**Ponto Três – Apreciação e ratificação da alteração à tabela de preços do Parque de Campismo de Salgueiros.** -----

Feita a chamada estavam presentes os seguintes membros: Célia Maria Mendes Correia, Eduardo Moreira Gomes, Maria Manuela Araújo Novais Gomes, António José Perez Barra, Manuel Monteiro Borges, Pedro Manuel Antunes Banhudo, Sandra Cristina Sampaio de Freitas, Marco António Pinto Rodrigues, Sónia Alexandra de Oliveira Dias, José Lopes Armando, Susana Natália Monteiro Moreira, Ricardo Miguel da Costa Braga, Nuno César Cidade Bessa, Rui Alberto da Silva Costa, Carla Maria Rodrigues Costa, Maria da Graça Correia dos Santos Moura, Maria João de Matos Rodrigues Macedo, Paulo José Gomes Mouta e Diana Sofia Oliveira Valente. -----

O membro Paula Alexandra Monteiro da Silva Teixeira justificou a sua ausência e fez-se substituir por Maria Manuela Araújo Novais Gomes. -----

O membro Maria de Fátima da Silva Ferreira de Sousa justificou a sua ausência e fez-se substituir por António José Perez Barra. -----

O membro Diana Patrícia Carvalho Pereira justificou a sua ausência e fez-se substituir por Alvarina Peixoto que, na impossibilidade de estar presente, se fez substituir por Manuel Monteiro Borges. -----

O membro Fernando Jorge Teixeira da Rocha justificou a sua ausência e fez-se substituir por Nuno César Cidade Bessa. -----

O membro Agostinho Sequeira Guedes justificou a sua ausência e fez-se substituir por Maria João Almeida de Vasconcelos que, na impossibilidade de estar presente, se fez substituir por Rui Alberto da Silva Costa. -----

Pelo Executivo da Junta estiveram presentes: a Presidente, Maria José Guerra Gamboa Campos, a Secretária, Maria Benilde Gabriel de Almeida, o Tesoureiro, José Manuel Teixeira Cardoso e os Vogais Fernando Carvalho Barrias, Graciete Manuel Alves Lourenço, Joaquim Manuel da Silva Gomes e Manuel António Coutinho Ferreirinha. -----

**Ponto Um – Intervenção do Público.** -----

A Presidente da Mesa abriu as inscrições para os elementos do público que quisessem intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos. Inscreveu-se o seguinte cidadão: Diogo Madureira. -----

DIOGO MADUREIRA – Na sua intervenção, veio falar do problema dos CTT, apelando a que alguma força política apresentasse uma moção sobre este



assunto. Gostaria de saber se tratou de uma privatização ou de uma concessão. Afirmou-se contra todas as privatizações. Em 21 de Janeiro, assistiu a um fórum sobre os CTT, na TSF, onde interveio o Dr. Miguel Garção, uma das pessoas responsáveis pelos CTT, que afirmou que todos os encerramentos dos balcões eram feitos com o acordo das autarquias. O Presidente da Câmara de Aguiar da Beira disse que 14 municípios daquela zona colocaram uma providência cautelar contra o encerramento de alguns balcões dos CTT. A direcção dos CTT pediu a anulação da providência cautelar e o Tribunal não autorizou. Gostaria que os eleitos se pronunciassem sobre os CTT. Se acontecer o encerramento do balcão de Canidelo, será uma perda muito grande para a freguesia. É mais importante travar um eventual encerramento do que depois discutir de quem foi a culpa. Depois da luta para a abertura do balcão de Canidelo, é fundamental impedir que o encerrem. A passagem destes serviços para particulares implica complicações a nível de logística e de segurança. Pediu esclarecimentos sobre a alimentação na ESIC, que tem sido motivo de queixas de alunos e de encarregados de educação. ---- A Presidente do Executivo agradeceu a intervenção e afirmou que o assunto apresentado pelo Sr. Diogo é demasiado sério para ser tratado no período de intervenção do público. Informou que tem acompanhado os desenvolvimentos da situação a nível nacional. Para já, os serviços dos CTT estão na estação dos CTT; é lá que devem permanecer e é isso que todos têm que defender. Quanto mais valor se der a hipóteses eventuais, mais depressa poderá acontecer. O Estado Português ganhou milhões com a privatização dos CTT e custa que o povo nada tenha lucrado e seja continuamente prejudicado. Em relação às refeições na ESIC, disse que não chegou qualquer referência a este assunto à Junta de Freguesia e que são os pais que se devem pronunciar. Seguidamente, deu a palavra ao Tesoureiro do Executivo, José Cardoso para prestar mais esclarecimentos, por estar ligado às escolas. -----

JOSÉ CARDOSO – Começou por dizer que a questão das refeições é um problema recorrente e acontece a dois níveis: nas escolas básicas, da responsabilidade da autarquia. e na EB 2/3 e ESIC, da responsabilidade do Ministério da Educação. Nas escolas básicas, há acompanhamento do movimento associativo e os problemas reportados são a temperatura da refeição e a não possibilidade de repetir, muitas vezes por falta de pessoal. Na ESIC, há uma equipa de pais que faz visitas regulares à cantina. No dia do peixe, os alunos não comem e também não têm o hábito de comer fruta. As quantidades variam: às vezes é suficiente, outras vezes não é. Lamenta que os problemas nem sempre sejam comunicados às Associações de Pais. De uma maneira geral, o panorama não é muito negativo, mas está longe de ser positivo. As refeições são feitas pelo Ministério da Educação, mas quem paga é o Município. Ao nível das escolas básicas corre melhor. -----

**Ponto Dois – Discussão e votação da não-aceitação da transferência das competências previstas no art.º 38.º n.º 1 da lei n.º 50/2018 de 16 de agosto e no Decreto-lei n.º 104/2018 de 29 de novembro, no domínio da instalação e gestão dos Espaços Cidadão.** -----

A Presidente da Mesa abriu as inscrições para os eleitos que se quisessem pronunciar sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.-----



---

---

DIANA VALENTE – Fez a leitura de uma deliberação sobre transferência de competências – **Documento A.** -----

A Presidente do Executivo afirmou que nenhum documento relativo à transferência de competências foi levado a Conselho de Ministros, até ao momento. Ninguém sabe o que o Estado Central pensa entregar às freguesias. O Espaço Cidadão chegou às freguesias, não pelo estado central, mas pela AMA, que negociou com os municípios os serviços do Espaço Cidadão e estes, depois, negociaram com as freguesias. Desde a votação na Assembleia de Freguesia da abertura deste espaço até à sua efectiva abertura decorreram 4 anos. O Estado deixou esse serviço para a AMA, para agora o meter nas descentralizações. Ninguém sabe quais os diplomas que se referem ao que vem para as freguesias, mas apenas para os municípios. -----

MARIA JOÃO MACEDO – Fez a leitura de uma proposta sobre a não transferência em 2019 das competências previstas na lei n.º 50/2018 – **Documento B.**-----

A Presidente do executivo disse nada ter a acrescentar.-----

PEDRO BANHUDO – Afirmou que o assunto em discussão não tem a ver com ser-se contra ou a favor de transferência de competências para as freguesias. Também não tem a ver com a transferência de competências para o Espaço Cidadão, tanto mais que a Junta de Freguesia de Canidelo gere o Espaço do Cidadão há alguns meses, ao abrigo do protocolo com a AMA e a Câmara de Gaia. A questão tem a ver com a transferência de competências para a Freguesia de Canidelo, sem se saber as condições inerentes a esse facto, nomeadamente o envelope financeiro. Sem se saber estas condições, o PS concorda com a proposta apresentada. -----

A Presidente do Executivo disse não ter nada a acrescentar.-----

GRAÇA MOURA – Perguntou se o Espaço Cidadão está ou não a funcionar e se a não-aceitação destas transferências implica o encerramento desse serviço. Sendo verdade que há uma Loja do Cidadão perto, não será inconveniente para quem se pode deslocar, mas certamente haverá prejuízo para muitos com o encerramento.-----

A Presidente do Executivo esclareceu que o Espaço Cidadão veio para ficar, porque não veio pela descentralização de competências, mas por um protocolo com a Câmara de Gaia e a AMA. Do ponto de vista da legalidade e formalidade, o Espaço Cidadão mantém todas as competências e a Câmara de Gaia assume as despesas da NET. O que se pretende nesta Assembleia de Freguesia é uma tomada de posição política. O Não que se votar será relativo à transferência de competências para o Município, por solidariedade institucional, porque ainda não se sabe o que virá para as freguesias. Na Assembleia Municipal já se votou o Não. O Espaço Cidadão faz parte do pacote transferido para a Câmara. Em Gaia, como se esteve 4 anos à espera para abrir o Espaço Cidadão, avançou-se com o protocolo da Câmara com a AMA. As Juntas de Gaia assegurarão a conservação dos Espaços Cidadão, para benefício dos moradores. Brevemente, irá começar o processo do IRS, que poderá implicar a extensão do horário de atendimento até às 20 horas e ao sábado. -----

NUNO BESSA – Fez a leitura de uma declaração – **Documento C.**-----

A Presidente do Executivo disse que a democracia dá muito trabalho e fica



cara. Para este assunto, que envolve 11 documentos, serão necessárias várias reuniões. Em 2020, certamente será necessária nova discussão e em 2021 será para aceitar e acaba-se a democracia. O país não é uma unidade absolutamente igual e as juntas de freguesia também não são todas iguais, nem mesmo as urbanas entre si. Gaia sempre descentralizou para as freguesias várias competências, mas outros municípios não o fazem. Há muito a conversar entre as freguesias, para haver um entendimento mínimo. A parte financeira é muito importante em todo o processo.-----

DIANA VALENTE – Tomou a palavra para dizer que, se a proposta da CDU avançar, não será necessária nova reunião em 2020, tendo em conta que o Presidente da Câmara de Gaia diz que não se deve aceitar a meio do ano, algo que pode mudar no ano seguinte. -----

A esta altura, a Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos por 10 minutos para análise dos documentos chegados à mesa.-----

Retomados os trabalhos e não havendo mais intervenções, foram postas à votação os 2 documentos passíveis de votação, tendo sido obtidos os seguintes resultados: -----

**Documento A** – Rejeitado, com votos contra do PS, abstenção do PSD e do CDS e votos a favor do BE e da CDU. -----

**Documento B** – Aprovado por maioria, com votos a favor, do PS, do PSD, da CDU e do BE, e abstenção do CDS. -----

PEDRO BANHUDO – Pediu a palavra, para fazer uma declaração de voto sobre o documento A. Entende o PS ser prematuro o seu conteúdo, pois pode o mesmo nem chegar a acontecer e, portanto, o PS votou contra.-----

Seguidamente, foi colocada à votação a proposta da Junta, em discussão neste “Ponto Dois” da Ordem de Trabalhos. Foi a mesma aprovada por maioria, com votos a favor do PS, do PSD, da CDU e do BE, e abstenção do CDS.-----

**Ponto Três – Apreciação e ratificação da alteração à tabela de preços do Parque de Campismo de Salgueiros.** -----

A Presidente da Mesa abriu as inscrições para os eleitos que se quisessem pronunciar sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

SANDRA FREITAS – Começou por dizer que a actual tabela de preços do Parque de Campismo foi aprovada em 2010. Trata-se de um equipamento com despesas suportadas pela Junta de Freguesia, com vigilância permanente. A actualização apresentada não parece inibidora para a maioria dos utentes do Parque de Campismo, mas ajustada às actuais condições. Por outro lado, os utentes do Parque de Campismo não são os habitantes de Canidelo. é entendimento do PS que os lucros do Parque de Campismo devam ser aplicados no melhoramento do parque e na própria freguesia. É nesse sentido que o PS votaria favoravelmente a proposta apresentada. -----

A Presidente do Executivo disse que a Junta de Freguesia não tem vocação para ser gestora de um Parque de Campismo, mas o equipamento existe e é uma hipótese de atrair pessoas à freguesia. No 1.º mandato, investiu-se o que foi possível no Parque de Campismo. Durante muitos anos, o Parque foi considerado como não elegível como equipamento. A visita da ASAE e a aplicação de uma multa, levou a um procedimento por parte da Câmara de



---

Gaia, que nunca tinha reconhecido o parque como equipamento. A Câmara apresentou desculpas por uma interpretação abusiva da lei por parte do município e o Parque de Campismo ficou qualificado com uma estrela. A partir daí, considerou-se que o Parque de Campismo tem de ser auto-sustentável, porque a freguesia não pode pagar o que não utiliza. Em tempo normal, há 10 funcionários e o Parque está aberto 24 horas por dia, durante todo o ano. Há pessoas que vivem no Parque. No verão, há centenas de pessoas mensalmente e na época baixa ainda há umas dezenas. Conseguem reinvestir-se algum do seu lucro. Os preços do Parque de Campismo são muito reduzidos, mas trata-se de uma propriedade de uma entidade do Estado, que não pode ter apetência para o lucro, como os equipamentos privados. É necessário que as taxas acompanhem as taxas de inflação, para haver algum equilíbrio e para permitir o pagamento dos funcionários. Os passantes do Parque pouco ficam em Canidelo, passando o dia no Porto, fazendo apenas compras nos supermercados de Canidelo. A partir de Setembro, houve um grupo de mestrandos que estiveram alojados no Parque até Janeiro. Esse grupo incentivou os eleitos a visitarem o Parque de Campismo para se inteirarem do seu funcionamento. Actualmente, funcionam lá o Restaurante com “take-away”, um minimercado e um espaço de bar aberto no exterior com esplanada. Por outro lado, há 2 fatias de terrenos no parque que não pertencem à freguesia e que estão dependentes de processos judiciais ligados a heranças. Espera que quando for possível, a freguesia tenha preferência na compra desses terrenos. A Junta de Freguesia implementou uma política para os jovens, ligados a instituições, de poderem utilizar o parque gratuitamente. Há idosos que têm taxas reduzidas por questões de saúde. O Parque de Campismo pode ser considerado unidade hoteleira, para fins da taxa de turismo de Vila Nova de Gaia. Há pessoas sós que fazem do Parque de Campismo a sua habitação, por questões monetárias - são situações que são novidade. É um espaço com futuro, no dia em que a autarquia possa lá investir consideravelmente. O aumento de taxas proposto é à volta dos 25%, mas na realidade, como as taxas são baixas, o aumento acaba por não ser significativo. O grande desafio é alterar o projecto eléctrico do Parque de Campismo, havendo um engenheiro electrotécnico responsável pelo Parque. Os funcionários do Parque têm de fazer tarefas que podem ser desgastantes, para assegurar o bom funcionamento do equipamento. Há um conjunto de dificuldades e preocupações inerentes à gestão do Parque, mesmo do ponto de vista da sensibilidade e relação com os utentes. -----

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

A Presidente do Executivo informou que, no final da presente Assembleia de Freguesia, seria comunicado à DGAL a decisão dos eleitos relativamente ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos e anexada a Minuta da Acta desta reunião. O 1.º Secretário fez a leitura da Minuta da Acta que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi esta Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia de Canidelo dada por terminada, eram vinte e três horas e onze



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CANDELO

VILA NOVA DE GAIA

6

---

---

minutos, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo 1.º  
Secretário e pela Presidente da Assembleia de Freguesia.-----

---

---